

ANEXO III
PLANO DE TRABALHO

FIELD PROJECT	TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – REGULAMENTAÇÃO/GUIA ORIENTATIVO						
AUTORIA	SIMONE LAHORGUE NUNES, SILVIA FIDALGO LIRA E CAMILA MARIOTTO				DISCENTES Nº MÁX.	10	
SUPERVISÃO	SIMONE LAHORGUE NUNES, SILVIA FIDALGO LIRA E CAMILA MARIOTTO				DISCENTES Nº MÍN.	6	
REQUISITOS	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE						
PÚBLICO ALVO	AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD)						
CÓDIGO	GRDDIR003 / Field Project I / GRDDIR037 /GRDDIR039 / GRDDIR041	PERÍODO	2022.1	NATUREZA	PRÁTICA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	Proteção de dados pessoais. Crianças e Adolescentes. Princípio da Proteção Integral da Criança e do Adolescente. Consentimento e outras bases legais. Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”). Proposta de regulamentação do tema.						
PROBLEMA	O tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes é regulamentado pelo art. 14 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”). A redação do referido artigo abre espaço para discussão sobre (i) quais seriam as bases legais para o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes; (ii) se há diferença entre o tratamento de dados de crianças e o de adolescentes. Além disso, o projeto objetiva compatibilizar as normas da LGPD sobre o tema com as normas de representação e assistência do Código Civil, além dos demais princípios jurídicos aplicáveis (e.g. proteção integral da criança e do adolescente).						
PRODUTO	Proposta de regulamento e/ou guia orientativo sobre tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes a ser enviado como contribuição ao trabalho normativo que vem sendo desempenhado pela ANPD.						
OBJETIVO	Eliminar dúvidas acerca do tratamento de dados pessoais desses titulares de categoria especial de modo a proporcionar segurança jurídica para agentes que tratam esses dados.						
METODOLOGIA	Leitura prévia da bibliografia indicada. Pesquisa das normas nacionais e do tratamento da matéria na União Européia, sob a égide do GDPR (regulamento inspirador da LGPD). Discussão dos resultados das pesquisas. Exercício de formulação de texto normativo/orientativo a ser editado por entidade governamental.						
HABILIDADE Exigência MEC RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.					
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.					
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.					
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.					
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.					
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.					
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.					
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.					
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.					
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.					
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.					
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.					
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.					
		Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.					
	Outras:						
PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))							
ATIVIDADE	TEMA						
1	Apresentação do projeto (plano de trabalho, avaliação, objeto a ser pesquisado e produto a ser entregue).						

2	Apresentação de panorama geral sobre a proteção de dados pessoais no Brasil .
3	Estudo das fontes do Direito aplicáveis: princípios, Constituição Federal, Código Civil, LGPD, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e tratados internacionais, Marco Civil da Internet, entre outras, identificando eventual necessidade de harmonização.
4	Estudo das fontes do Direito aplicáveis: princípios, Constituição Federal, Código Civil, LGPD, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e tratados internacionais, Marco Civil da Internet, entre outras, identificando eventual necessidade de harmonização (continuação).
5	Estudo das fontes do Direito aplicáveis: princípios, Constituição Federal, Código Civil, LGPD, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e tratados internacionais, Marco Civil da Internet, entre outras, identificando eventual necessidade de harmonização (continuação).
6	Análise das bases legais para o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes previstas na LGPD e como compatibilizá-las com o ordenamento jurídico preexistente.
7	Análise das bases legais para o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes previstas na LGPD e como compatibilizá-las com o ordenamento jurídico preexistente.
8	Estudo do GDPR, tendo em vista a semelhança no tratamento do tema.
9	Análise de precedentes administrativos das principais autoridades de proteção de dados pessoais europeias relacionadas ao tema.
10	Análise das políticas de privacidade de plataformas digitais, sites e aplicativos que incluam em seu público alvo crianças e adolescentes para verificar como vem se dando o tratamento de dados desses titulares.
11	Análise sistêmica das conclusões dos encontros anteriores e definição do produto a ser entregue à ANPD.
12	Análise do Regimento Interno da ANPD, dos normativos já editados e discussão sobre a técnica normativa a ser utilizada.
13	Elaboração de minuta do regulamento e/ou guia orientativo.
14	Elaboração de minuta do regulamento e/ou guia orientativo (continuação).
15	Elaboração de minuta do regulamento e/ou guia orientativo (continuação) para posterior envio à ANPD.
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Tipos de avaliação e respectivas pontuações ou pesos: entrega de tarefas, trabalhos, participação etc. sem correspondência com pontuações ou notas, podendo a distribuição ser feita por meio de percentuais. Conceitos: A (ótimo); B (bom); C (suficiente) e D (insuficiente).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	Information Commissioner's Office (ICO). <i>Children and the UK GDPR</i> . < https://ico.org.uk/for-organisations/guide-to-data-protection/guide-to-the-general-data-protection-regulation-gdpr/children-and-the-uk-gdpr/ > Commission Nationale de l'Informatique et des Libertés (CNIL). <i>Digital rights of children</i> < https://www.cnil.fr/en/digital-rights-children > TEPEDINO. Gustavo. BARBOSA. Helena Helena. MORAES Maria Celina Bodin de. <i>Código Civil Interpretado conforme a Constituição da República</i> . Rio de Janeiro. Renovar, 2014.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	MALDONADO. Viviane Nóbrega e BLUM. Renato Opice. <i>LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais comentada</i> / Thomson Reuters Brasil, São Paulo, 2021. GDPR, General Data Protection Regulation, disponível em < https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2016/679/oj > GARCIA. Maria Carolina Brunharotto e NUNES. Paula Freire Santos Andrade. <i>Tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes: proteção e livre desenvolvimento do menor cercados pela LGPD e responsabilidade parental</i> . IBDFAM, 2021. https://ibdfam.org.br/artigos/1673/Tratamento+de+dados+pessoais+de+crian%C3%A7as+e+adolescentes%3A+prote%C3%A7%C3%A3o+e+livre+desenvolvimento+do+menor+cercados+pela+LGPD+e+responsabilidade+parental BIONI, Bruno; et al (Coords.). <i>Tratado de Proteção de Dados Pessoais</i> . [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2020. 9788530992200. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992200/ . FILHO. Eduardo Tomasevicius. <i>A Lei Geral de Proteção de Dados Brasileira</i> : Almedina, 2021.